

O POVO

ORGÃO—NEUTRAL—DOS INTERESSES MORAIS E MATERIAIS DA PROVÍNCIA.

Assinaturas.
(Para a Capital)
Por um mês..... 1\$000

Fri, Progresso, Liberdade.

Assinaturas.
(Para fora da Capital)
Por semestre..... 6\$000

Redactor e Editor—responsável—J. M. Velasco.

O POVO

Havendo-se propalado, somente em principios do mes de Julho ultimo, a noticia—exacta—de que alguns interessados no desapparecimento do Povo, tendo sciencia de que a typographia em que é elle impresso, era de propriedade do nosso honrado e respeitavel amigo, o Sra. Capitão Antonio Thomas de Aquino Corrêa Junior, que—digna edes interessaadamente—não la havia cedido para os nossos trabalhos, procuravam a todo o transe d'ella privar-nos comprando-a;—a distincta officialidade do 8º batalhão de infantaria, sabedora do cobarde e mesquinho trama,—inspirada por um bello e nobre sentimento, decidiu lançar—de uma vez para sempre—entre os malevolos intentos de quem quer que fosse e as nossas tão justas e elevadas aspirações, uma barreira segura e intransponivel,—e a typographia do Povo, por ella comprada, comumna recompensa dos nossos labores e desgostos e uma garantia do futuro do nosso humilde periodico, foi-nos offertada, com a seguinte carta, que pedimos venia aos nossos bons amigos para aqui publicar:—« Illm. » Sra. José Maria Velasco—Os abaixo assinados, apreciadores do character nobre e elevado de V. S. e das qualidades que o ornão como escriptor publico e independente, desejando aplacnar qualquer dificuldade que por ventura se possa antepôr à realisação do programma de V. S. publicado no primeiro numero do seu conceituado jornal, tomão a liberdade de oferecer-lhe a typographia do Povo, comprada pelos mesmos ao Sra. Antonio T. de Aquino Corrêa Junior.

Será em extremo agradável aos manuscritos, se V. S. se dignar honrá-los aceitando esta insignificante offerta, não obstante ser ella bem pequena para penha tão ilustrada.—De V. S.—Sinceros admiradores.—Cuiabá 19 de Julho de 1879.

Perdoem-nos os nossos bons ami-

gos se entendemos dever desobedecer ás louvaveis imposições de sua nobre modestia e dar á publicidade a bella e honrosa accão que praticaram—e que não nos compete á nós commentar.

Assim ne'llo impunham a consciencia e o coração,—uma á indicarnos o nosso verdadeiro dever, e outro á transbordar-nos de gratidão e reconhecimento.

Obrigado, amigos.

Não aceitamos, não podiamos aceitar a vossa nobre accão como uma recompensa de trabalhos, que, se algum merecimento tem, é apenas que sobre elles reflecte a justa e grande causa q' adoptamos e defendemos;—mas aceitamo-la e a acolhemos e festejamos como um poderoso incentivo para que não fraqueemos n'este agreste lutar em que bem vezes o desanimo nos enluta e maneta a alma;—como o bastão q' que se arrima o romeiro—alquebrado—para seguir alem na fadigosa jornada;—como Agar no deserto aceitou a sombra da palmeira amiga, a fonte crystallina do providencial Oásis,—a força, a coragem, e a esperança para a misérrima,—a vida para o filho do seu amor!

Obrigado, amigos.

Do alto d'esta tribuna quo tão dignamente acabais de honrar,—em nosso nome e em nome do povo, d'essa nobre victimia por cujos sagrados direitos combatemos, em nome da sacrosanta causa da Lei, do Progresso e da Liberdade, que juramos sustentar—embora tudo,—nós vos estendemos a mão—e na mais ampla e grata effusão de um coração q' é todo vosso,—vos dizemos—obrigado.

Oh! obrigado, amigos.

Echos da Sibéria

Teve lugar—3º feira 12 do corrente pelo Tribunal da Relação o julgamento da appellação interposta pelo Sra. Tenente Alfredo de Souza Tavora,

de Direito interino d'esta Comarca, Barcharel Balbino Cezar de Mello, no processo contra o mesmo Sur. Tenente Tavora instaurado *ex officio* pela Justiça (justica d'esta Colonia) pelo suposto crime de injuria contra a *honradissima* pessoa do individuo Pedra, chefe de Policia da Província.

Foram juizes—certos—no feito os Surs. Dezenhargador Jesuino Martins e doutores Manoel Martinho e—Carvalho.

O Sra. Dezenhargador Martins votou pela não criminalidade da vítima e sua absolvição, justificando o seu criterioso e honrado voto em uma sibia, lucida e inénueiosa analyse do processo, que S. Ex. estudou com o acibramento, proficiencia e severa conciençia do seu sagrado encargo—com que costuma estudar os feitos em que tem de julgar; os Srs. drs. Martinho e—Carvalho, votaram pela criminalidade da vítima e sua condenação, não no minimo das penas do art. 237 § 2º do Código Criminal, (sentença do ex-Juiz substituto Balbino), mas no medio das do § 3º do citado art. 237 constituido coma o art. 238, por ser a *injuria*—classificada nas previstas pelo art. 237 § 4º,—feita q' não á autoridade em exercicio de suas funções,—mas á personalidade da autoridade,—ao *individuo* Pedra,—quer dizer,—por ser o crime—particular—e não d'aqueles em que a Justica deve proceder—*ex officio*!!!.

Votaram mais os ditos Srs. doutores por que fosse responsabilizado o chefe de polícia—por prevaricatio manifesta.

E' nos impossivel o entrar desde já na apreciação e analyse dos debates havidos n'essa gloriosa sessão do nosso Tribunal da Relação, sobre o processo e condenação do Sra. Tenente Tavora.

Limitar-nos-hemos Iois por hoje—à apresentar ao Sra. Dezenhargador Jesuino Martins—um sincero voto de adhesão, louvor e gratidão em nos o proprio nome e no da Justiça, da Lei, da razão e da Humanidade; pelo modo brilhante, honrado e nobre por que advogou os seus interesses, que tambem eram os da vítima, a quem S. Ex. deu a unica victoria, por ella almejada,—a victoria moral—q' é outra ainda mais forte que a victoria do numerario, a victoria da Arithmetica,—a victoria—festa as vezes bem estupida e repugnante—realidade,—que um é um—e deus é mais que um!

O Sra. Dezenhargador Martins a alguma que tomen a liberdade de agradecer-lhe, com toda a franchezza de um coração que comprehende o q' é a gratidão, o voto que tão dignamente deu á favor do Sra. Tenente Tavora,—declinou que nada havia que agradecer-lhe

porque procedera de acordo com a sua consciencia.

E justamente por haver julgado conforme a sua esclarecida e recta consciencia, que é S. Ex. digno de gratidão e louvôr, porque são bem raros hoje aquelles que levam para a cadeira do Juiz a sua consciencia e erguerem sobranceira e calma acima de pequeninas misericórdias—e preferem ouvi-la e proceder com justica, honradez, independencia e character,—a curvarem-se as infamantes exigencias de indignos temores, de interesses mesquinhos ou de criminosas condescendencias.

Quanto ao Sr. Dr. Luiz Alves da Silva Carvalho, Juiz de Direito da Comarca do Alto Paraguai Diamantino, com assento na Relação,—herói da dita victoria do numero, sobre a Justica, a scienzia o estudo e o criterio,—dir-lhe-hemos apenas—por em quanto,—que se todos, até mesmo o mais bestial sevandija dos habitantes d'este planeta,—têm um anjo da guarda que os acompanha sempre em todos acros de sua vida,—o anjo da guarda de S. S. deveria ter sahido 3. feira do Tribunal da Relação, corrido de vergonha, de tristeza e descoroamento.

Dir-lhe-hemos tambem que temos contas muito severas á ajustar e que não iremos nem um millesimo de real.

Resta-nos declarar que—se o tal processo de responsabilidade contra o chefe de polícia, não é um *pano quente*, uma tartuffada, uma verdadeira comedia, é... não sabemos o que.

O futuro dará a solução da honestidade da—indicação.

Diz-se que o Sr. Dr. Carvalho tem antigas dividas que liquidar com a pessoa que ocupava na Relação a cadeira em que S.S. hoje está galhardamente repartindo,—que d'ella foi expulso por amor de S. S.—e que é hoje—o chefe de polícia da Província.

Terá alguma ligação com esta—rixavella—o tal processo de responsabilidade?

É uma questão á ventilar-se.

Em conclusão:

Di' aqui d'esta cadeira, que também é de Juiz, porque n'ella tem assento dous Juizes soberanos—justos, sim, mas severos e implacaveis,—a opinião publica e a história,—em nome do supremo ideal da Justica, da grande e santa consciencia humana e das Leis de nosso paiz,—nós protestamos solemnemente contra a sentença imposta ao Sr. Tenente Tavora pelos Srs. Drs. Martinho e—Carvalho, como notoriamente injusta e illegal.

Será impossivel que ém todo este império do Brazil não encontre o appoio, a justica á que tem tão sagrados direitos e sa victimas—abandonada—da mais indigna, rancorosa, odiosa e revoltante perseguição?

Crê o Sr. Dr. Carvalho que o Supremo Tribunal de Justica, para quem vai interpor o Sr. Tenente favora recurso de revisão da sua *consciencia* sentença, preferira votar com S. A. a votar com o respeitável e ilustrado Sr. Desembargador Jesu no Martins?...

Mais um escândalo.—Em nosso numero passado noticiamos a demissão do Sr. Miguel Paes de Barros—e o sandamos como a primeira victimas do—caco e official—em Corumbá.

Pois, senho es, o dito por não dito.

O novo Lazaró parece que estava à espera de um outro Christo—e o Christo apareceu—e Lazaro resurgiu dos mortos!.

E não ha dizer que Lazaro não estava talvez morto, mas apenas adormecido, sob o seu sudario.

Estava morto, bem morto e bem enterrado;—a sua herança posta em praça, arrematada e entregue ao unico licitante aceito, pago o imposto do estylo.

Em linguagem vulgar:

O Sr. Miguel Paes havia sido demittido, o substituto nomeado,—feitas todas as comunicações necessarias,—passado o competente titulo e pagos pelo nomeado os respectivos direitos.

E tudo isto desfaz-se, desaparece à um imperioso aceno!

E eis ahi á que miseravel estado se acha reduzida a acção presidencial do Sr. Pedroza!

Toca a zambuba!—Não toca a zambuba! E a zambuba não toca—e o Zé-Pereira admans ratoiro é forcado á seguir—silencioso e envergonhado na sua ingloria peregrinação por esta colônia—alem atravez da apupa da gera!

Miserio Zé-Pereira!

Mas.... falemos serio.

Se a demissão do Sr. Miguel Paes de Barros foi um acto injusto, odioso e á todos os respeitos condenável, filho como foi unicamente d'essa caprichosa fraqueza e imprudente e impertinente levianidade que tem sido o molde, a palavra de ordem do procedimento oficial do Sr. Pedroza,—a annulização d'essa demissão foi o que se podé chamar—um verdadeiro escândalo.

Quando falou verdade S. Ex., quando obrou com justica?

Quando firmado nas informações de um miseravel intriganter, por todos conhecido como um calumniador de profissão, demitido o funcionário hourado, sim, e zeloso cumpridor de seus deveres, mas bastante amante de sua patria e bastante livre para profligar alta e dignamente os desmandos de uma administração detestável e detestada por todos os que sinceramente amam esta malfadada província,—ou quando, curvando-se á imposições—justas, sim,—mas—imposições, desfaz e condenou como leviano, injusto e máo o que dias antes havia feito e anunciado com tanta altaneria e independencia?

E que conceito quer S. Ex. q' fique em merecendo a sisudez, o criterio, a honestidade, a reflexão, a imparcialidade e a justica com que exercita as graves atribuições do seu cargo?

Que confiança c' e S. Ex. poder inspirar ainda aos habitantes d'esta miserrima província, o administrador cujo character fraco e leviano se apresenta á mercê de qualquer intrigante, como as azas de um moimbo de vento á mercê de qualquer vento?

Que garantias pode nos dar agora o Sr. Pedrosa do civismo e criterio de seu procedimento futuro?

Do outro lado das forcas caudinas por sob as quaes S. Ex. acaba de passar—vexado, transido e cabisbaixo,—como se defende, que explicações tem á dar de sua conducta ao povo que tem o direito de pedir-lhe contas la justica de seus actos,—da honestidade com que cumpre os devões á que obrigou-se por um juramento sagrado?

Miserio Sr. Pedrosa!

E eis ahi afinal de contas, o que na realidade era o temeroso Ferreira administrativo,—o energico director da pseuda—colonia, o respeitável Capitão-Mór!

Uma triste manivella...

Silercio, povos d'esta colonia!

Paz e respeito aos mortos!

Chapéo baixo ante o esquife do Capitão-Mór—que passa!

Com o Sr. Joaquim Timóteo Ribeiro nô pode o Sr. Pedroza usar da mesma longanimidade com que o fizeram á proceder para com o Sr. Miguel Paes de Barros, e isto simplesmente porque a demissão do Sr. Miguel Paes foi lavrada *ex-informata conscientia*, sem que S. Ex. se dignasse declarar o—porque—do seu acto,—o que na occasião d'perigo, facultou-lhe uma portinha sair por onde pôde escapar-se—ao airosoente quanto possível,—e a demissão do Sr. Joaquim Timóteo havia sido—perspicazmente—calculada sobre os interesses de uma exquisita incompatibilidade que só agora descobriu-se,—sobre umas aparentias de legalidade ante a qual S. Ex. estacou *afflictissimo* por não poder ir adiante!

O adquiravel como S. Ex. sabe respeitar as Leis.... quando a causa lhe convém!

C'm que entao o Sr. Joaquim Timóteo fo' demittido do cargo de Juiz Municipal suplente do Termo de Corumbá por incompatibilidade existente entre esse cargo e o de despachante da Alaudenga?

E porque, exercendo o Sr. Timóteo ha tanto tempo esses dous cargos, só agora cogitou S. Ex. de que eram elles incompatíveis e só agora se lembrou S. Ex. da incompatibilidade que tão oportunamente lhe facilitava os meios de honestamente privar aquelle revoltoso do cargo de Juiz Municipal.

Não tinha o Sr. Pedrosa scienzia da existencia d'essa franca *illegalidade* em sua Colonia—ou conhecia-a cegamente, e a protegia e pucturava com ella e era cumplice n'ella—por motivos particulares?

Foi por ignorancia, por coardia, por desleixo ou por interesse que S. Ex. conservou até hoje no exercicio de dous cargos, legalmente incompatíveis entre si,—

O Juiz suplemente, que ouviu protestar contra a renegada do individuo Pedra para Cuiabá, como um acto illegal e altamente affrontoso para as autoridades d'aquella Comarca?

Vejamos, — como explica S. Ex., como procura condonar a criminoso fraqueza ou a criminoso cegueira da sua conduta passada para com o Sr. Timótheo, com a justiça e energia da sua conducta actual?

Supõe S. Ex. que vamos digerir muito pacificamente, sem protestos, sem carências, os indigestos—considerando—o acto que, «para inglez ver», mandou publicar no *Mato-Grosso* de domingo passado?

Oh! por quem é—não nos supponha tanto ingenuos ou tão bêcos assim.

O mais à base d'entre os factos d'esta colonia, acredita plamente que a demissão do Sr. Timótheo é devidamente as informações prestadas pelo individuo Pedra em seu relatório inquisitorial sobre os negócios de Cornualha, apresentado verbalmente ou por escrito—à presidencia—e por S. Ex. traduzido para o portuguez e remetido—anotado—ao Ministro da Justica—para que der e vive.

Isto creem todos,—e nem todos—considerando—de mundo seriam capazes de convencer nos de que S. Ex procedeu com boa fé demitindo por incompatibilidade o Sr. Timótheo—à menos que não confessasse que foi ignorante, ou cobarde, ou desleixado, ou criminosamente interessado na conservação durante muito tempo (o proprio acto confessa) d'aquelle cidadão no exercício de um cargo que a lei ou o bem lhe vedava,—como só lhe se apregoa!

E nem ha que fugir d'ahi:

On S. Ex. faz esta tristíssima confissão da sua incapacidade para o cargo à que o guidancei,—ou teremos todos o direito de afirmar que esse pretexto da incompatibilidade que S. Ex. buscou vestir com os andrados de uma duvidosa legalidade, —não mais foi que uma armada segura de vingança,—muito a propósito lembrada e que o despeito e o rancor o incitaram a vibrar contra aquelle independente e ativo cidadão,—a quem era preciso castigar...

Pode S. Ex. mandar dizer-nos por por qual das duas janelas d'este dilema de ferro prefere saltar?

E só ter d'estes tediosos espetáculos para oferecer-nos e figar-se um desastrado actor no palco e não querer que o pano desça!

Então vejamos:—será mesmo muito e muito necessário que esse Sr. Pedrosa fique aqui até a factura das eleções?

Será possível que não haja por ali em tod'esta Colonia, um'qualquer ex-pólo eleitoral que o possa subsistuir dignamente junto às urnas?

O Sr. Vicente Maximo de Almeida Seira, de viagem para esta capital, no lugar denominado Passarão, á duas leguas pouco mais ou menos da mesma, distante de nuns rimes 100 braças da capelinha do Igreja, foi inopportunamente agredido por um individuo armado, que ousadiamente largou a mão ao feio d'animal que impedia Ser montava, não conseguindo poren realizar os seus intentos devido

intervenção do vizinhão de João Ernesto, e, que, aos gritos de socorro da vítima, acordaram apressadamente obrigando o salteador a fugir.

A falta de segurança individual n'esta província está se tornando verdadeiramente perniciosa.

Nem admira que o Sr. Vicente Maximo seja atacado áduas leguas d'aqui, quando dentro da capital a pertinacia dos malfeitos—certos de impunidade—vai a ponto de apontarem pistola ao peito dos próprios officiaes de ronda,—como ha pouco tempo aconteceu com o Sr. Alfres Gustavo Pereira de Mesquita, listante pouco mais ou menos trinta passos da Secretaria da Policia,—residencia do individuo que exerce o cargo de chefe de polícia da Província.

E para quem appellaremos d'este desgraçado estado do coussas?

A' pedidos

Escola Polytechnica

O procedimento nobre e elevado do Exmo. Sr. general Miranda Reis contrasta singularmente com o do Sr. conselheiro Raposo. Coberto de serviços importantsíssimos, conhecido pela figura imponente que representou em Mato-Grosso e no Paraguai, sempre prompto a prestar auxílio ou auxílio de suas luces e de seu sangue, aquelle brioso militar recusou desonrar os bondades da farda de general e marechal o brilho das condecorações que comissionou nos campos de batalha, tornando-se instrumento de um governo cuja norma unica é despedazar as leis e calar aos pés a bombridade e a independencia de character.

Instado, e malito, para ocupar o cargo de director interino da Escola Polytechnica, nô trouxe ni um instante sequer. A commissão nô tinha de militar e repugnava ao seu espírito cavalheiresco declarar em caso alguma aceitá-la.

Porque não se houve do mesmo modo o Sr. conselheiro Raposo?

É espetacular sugestão ver-se um velho infantil, acordado e respeitado até hontana, intrometer-se na Escola Polytechnica, da qual em realidade encerra-se de uns e de outros, se lhe tirando um aperto de vista, num pharse de conforto ao enunciador os seus achaques, e sua falta absoluta de vista e o quanto estão lhe passando as dragões de general. S. Ex. atibile, sem razão, a disciplina o que só é devido à sua conduta culpada e exagerada para com o poder.

O Exmo. Sr. Miranda tem também o militar; também foi mandado para a escola; recusou, entretauando por sabor que, como soldado, só é honrigoso a aceitar commissões militares. Pôde-se-lhe bem fechar considerar *comissão civil* no exercicio do cargo de director interino da Escola Polytechnica, estabelecimento que, pela lei n. 2261 de 24 de maio de 1873, art. 3º, deixou de pertencer ao ministerio da guerra e passou para o do imperio? De modo algum.

Se, presentemente, o Sr. conselheiro Raposo é acolhido pelos júris com sorrisos de clemência, e visto que

todos como um pariz, só de si deve querer-se. Graças aos conselhos referentes dos entes que não a recomendam, o director, as manifestações não tem sido adem até agora. É possível, porém, responder pelo futuro, se S. Ex. abandonar o papel de vítima e torna-se verdadeiro sacerdote de um governo despótico?

A paciencia e a prudencia têm limites e, porco dilatados, quando se atrazam com as primeiras quadras da vida. Demais, o direito de exigir respeito as suas obrigações assiste ao ancião que é o primeiro a desrespeitá-las, prestando o seu concurso a sua monosabar-se a Lei e a justica?

O Exmo. Sr. General Miranda Reis bem mereceu da classe académica. A moeidade o sauda com entusiasmo e applaude o seu bello proceder.

Polytechnicos

P. S.—As nossas tristes previsões realizaram-se. O conselheiro Raposo já experimentou as consequencias de sua inconcebivel imprudencia.

(Transcripto da *Gazeta de Notícias* da Corte)

PERGUNTAS D'UM TIO, PADRINHO E EX-TUTOR A SEU SOBRINHO, AFILIADO E EX-PUPILLO.

Será licito a um sobrinho, afiliado e ex-tutellado, abecendo da illimitada confiança n'ele depositada, iludir a seu tio, empingindo-lhe uma pessoa livre a titulo de escrava pela quantia de 1.575\$000, inclusive a siza?

Será licito a esse sobrinho, apesar da obediencia estratigema, negar-se a restituicao da quantia rececida, jactando-se pelo emprego d'esse lucro illicito... deixando o seu tio ha annos sem a escrava e sem o dinheiro?

Responda quem souber e puder, afim de evitar a nomeação da histria completa, que pouco absurda é seu autor.

Anuncios

AO COMMERÇIO.

Rafael Verlangieri e Joaquim Francisco de Mattos fazem publico que desde o 1º de Julho o correcto anno dissolveram emprevemente a sociedade com encerrado que girava n'esta parte sobre a azul de Verlangieri & Mattos para ter de retirar-se o socio Joaquim Francisco de Mattos ficando o estabelecimento e passado á cargo da nova sociedade que o socio Rafael Verlangieri fará com o Sr. Nicolaus Verlangieri & Irmão. Supondo mais de que quaisquer pedem entretenimento que se julgaram seu direito, n'apresentar suas contas etc. e d'as demandas. Setentrião permanece e futura para serem executadas e cobradas. Rogão, entretanto, nos seus devedores que regularizem os seus débitos em

mar seus títulos, afim de se evitarem duvidas futuras.

Curitá 11 de Agosto de 1879.

Rafael Verlangieri.

Joaquim Francisco de Mattos

Eleição de Provedor; Provedora e Irmãos de Meza, que hão de servir a Nossa Senhora da Boa Morte, no corrente anno de 1879 à 1880.

Provedor:—Major Benedicto José da Silva França.

Provedora:—D. Anna, mulher do Tenente Antonio José Zeferino Amante.

Tesoureiro:—Alferes Floriano de Souza Brandão.

Secretario:—Francisco de Assis Pereira.

Procuradores:—José da Cruz Ferreira, Antonio João Teixeira,

Irmãos de Meza os Srs.:—Paschoal Ordano, Capitão Antonio Mereira Ferreira, Capitão Mathia, Pereira Forre, Tenente Faustino Corrêa da Costa, Tenente Ignacio de Loyola Baptista, Tenente Coronel Antonio Roizaldo da Silva Pereira, Major Floriano do Prado, Ignacio de Aranjo Brito, Joaquim Henrique dos Santos Taunay, João Manoel de Andrade e Silva, Manoel Pereira Mendes, Manoel Ribeiro dos Santos Tocantins.

Irmãs de Meza Exm.º Sr. "D":—Joaquina, mulher de Zacharias Fernandes de Queiroz Euphrosina, mulher do Alferes Joaquim Ferreira da Canha Barboza, Alexandrina, mulher de João Augusto Carstens, Anna, mulher de Albano da Silva Freire, Maricéia, mulher de Antonio Jose Pinto de Figueiredo, Maria, mulher de Jezuino Alves Pereira, Maria, mulher de José Leite Martins Felicia, viúva do Major José Delfino de Almeida, Eugenia Maria de Souza, Viceneca, mulher de João Gonçalves da Cruz, Cezaria mulher de João Fernandes Burgos, Carlota, viúva do Major Generoso de Moraes Cambará.

Zelador.

Rufino Dias Lessa.

Consistorio da Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte em Cayaí 14 de Agosto de 1879.

Padre Benedicto de Aranjo Filgueiras
Coadjutor encarregado do Cura da Sé.

Conforme.—O Secretario

Hosseus Leopoldino de Fernanda.

Guaraná

NOVO

De primeira qualidade, encontra-se por preça que nenhum outro pôde vender—no CENTRO do COMMERÇO de Sebastião Ribeiro Galvão & C°, em liquidação—A rua da Bela Vista n.º 27.

APROVEITEM A PECHINCHA!

NO CENTRO DO COMMERCIO

DE

Sebastião Ribeiro Galvão & C°

(Em liquidação.)

Roupa feita para homem.

Saias brancas modernas (nunca vistas aqui) a 2\$, 3\$, 4\$, 6\$, e 8\$ 600.
Camiza para Senhora (a fazenda nãc é muito fina mas é baratissima por 2\$00).

Vestido branco de fustão para meninas de 3 e 4 annos, a 2\$500

Apparelho de fustão para meninos de 2 annos a 2\$500

Ditos de brim para meninos, de 3 á 8 annos a 2\$500

Chapéos de palha elegantes para meninos a 1\$500

Sapatos eivernizados para meninos e meninas a 500, 1\$200 e 2\$500

Chapéos modernos de pello de seda para homens, n.º 4 1/2 a 4 1/2 a 13\$000

Botinas pretas gaspeadas, cano alto, para Senhoras, n.º 38, a 4\$000

Ditas de cores a 5\$500

Ditas de setim macão branco a 1\$

Sapato de tapete aveludado de n.º 29 a 34 a 2\$200

Renda de seda preta, peça de 11 metros.

Ditas de seda de cér.

Franja de seda de cér.

Leques de diferentes cores

Espartilhos de setim.

Meias inglesas, brancas e riscadas.

Ditas inglesas compridas para Senhoras a 8\$00 e 1\$

Grande sortimento chapéos de pello para homens.

Ditos de dito de dito de palha para Senhoras a 4\$

Variado sortimento de chapéos pretos de pena a 7\$

Guarda sol para Senhora a 4\$, 6 e 8\$

Ditos para homens a 11\$

Grande sortimento de chita inglesa a 24\$.

Panhos e celerinhos brancos e de cores para Senhoras.

Morim de povo, def. milia e cambrain, peça de 20 metros a 5\$, 5\$500, 7\$500 e 8\$800

Perfumar a fina, o preço é admirável pela barateza.

Não corrão de carência mandem comprar

Pentes de passar fitas a 30

Ditos lisos a 50 e 100 reis

Ditos de alizar a 160 e 300 reis

Escovas para dentes a 250 reis

Peca de papel para f. rro de casa, peça a 500 reis

Óleo de figura de bicalhão, fr. scô grande a 2\$500

Vinho pepsema kintimo a 4\$000

Canivetes finos a 1\$500

Ditos finíssimos de 4 e artes com tezoura a 4\$

Linha al. ximbre em novellos a 2\$300

Camburéta fina de linho a 7\$500

Chita larga em musselina metro a 380

Dita de dita corona dita a 260

Dita de dita listada de azul, verde, amarelo, roxo e encarnado proprias para enfeites metro a 380

Caz beques modernos a 2\$, 3\$, e 4\$

Alem destes artigos encontra-se outros tão baratos que não se deve mencionar.

Aproveitamos a oportunidade para pedir aos nossos devedores o pagamento amigavel de suas contas.

Cuyaí, 7 de Julho de 1879.